

INFORMAÇÕES DA PROPOSTA

PROPOSTA Nº 14747.6680001/21-003

Dados da proposta

Entidade
FMS SÃO JOSÉ DO CERRITO/SC

Programa
Atenção Básica

Tipo de Obra
Ampliação

Porte
Porte III

Justificativa
Ampliação da Unidade básica de Saúde para melhor oferecer atendimento aos usuários do sistema único de saúde do nosso município e região.

Valor Empenhado
R\$ 349.000,00

Valor Pago
R\$ 0,00

Data do Cadastro
03/06/2021

Data da Portaria de Habilitação
02/09/2021

Situação da proposta no SISPAG
SOLICITADO

Último monitoramento
14/10/2022 14:23

CNPJ
14.747.668/0001-01

Componente
Requalifica UBS

Tipo de Recurso
Emenda

Valor da Proposta
R\$ 349.000,00

Situação da Proposta
Favorável

Número da Portaria de Habilitação
2172

Situação da obra
Em ação preparatória

Situação do monitoramento
Atualizado

Localização

CNES
2300990

Município
Sao Jose do Cerrito

Bairro
Centro

CEP
88570-000

Observações
Município de São José do Cerrito/SC, Rua: João Otavio Garcia, Centro.

Nome do Estabelecimento
UNIDADE SANITARIA CENTRAL DE SAO JOSE DO CERRITO

UF
Santa Catarina

Endereço
Joao Otavio Garcia, 123

Latitude e Longitude
-27.659758 / -50.57796

Ambientes existentes

Ambientes

Ambiente	Área atual por ambiente (m²)
Almoxarifado	9,7
Área externa para embarque e desembarque de ambulância	67,6
Banheiro	9,8
Banheiro	9,8
Banheiro para funcionários	2,2
Circulação + Área de Paredes + Apoio Logístico	180
Consultório com sanitário anexo	15
Consultório com sanitário anexo	15
Consultório indiferenciado / Acolhimento	12
Consultório indiferenciado / Acolhimento	12
Consultório indiferenciado / Acolhimento	12
Consultório indiferenciado / Acolhimento	15
Consultório odontológico para 2 Equipes	20
Copa	5
Depósito de material de limpeza (DML)	4
Depósito de Resíduos Comuns	2
Depósito de Resíduos Contaminados	2
Expurgo do CME - Central de Material Esterilizado	5
Farmácia (estocagem / dispensação de medicamentos)	12
Sala de atividades coletivas / Sala de ACS	52,5
Sala de esterilização/estocagem de material esterilizado do CME - Central de Material Esterilizado	5
Sala de imunização	10
Sala de Procedimento	17
Sala de recepção e espera	40
Sanitário do consultório	4
Sanitário do consultório	4
Sanitário para Portador de Necessidades Especiais - PNE	2,8

Ambientes situação final

Ambientes

Ambiente
Almoxarifado
Área externa para embarque e desembarque de ambulância
Banheiro
Banheiro para funcionários
Circulação + Área de Paredes + Apoio Logístico
Consultório com sanitário anexo
Consultório indiferenciado / Acolhimento
Consultório odontológico para 2 Equipes
Copa
Depósito de material de limpeza (DML)
Depósito de Resíduos Comuns
Depósito de Resíduos Contaminados
Expurgo do CME - Central de Material Esterilizado
Farmácia (estocagem / dispensação de medicamentos)
Sala de administração e gerência do CME - Central de Material Esterilizado
Sala de atividades coletivas / Sala de ACS
Sala de esterilização/estocagem de material esterilizado do CME - Central de Material Esterilizado
Sala de imunização
Sala de Procedimento
Sala de recepção e espera
Sanitário do consultório
Sanitário para Portador de Necessidades Especiais - PNE

Emendas

Resumo do valor indicado para o CNPJ

CNPJ

14747668000101

Valor total disponível para cadastro de proposta

R\$ 349.000,00

Objeto

AMPLIAÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Indicações

Emenda	Partido	Parlamentar	Valor a ser utilizado (R\$)
32350005	PSDB	GEOVANIA DE SÁ	349.000,00

VALOR TOTAL: R\$ 349.000,00

Fotografias

Fotografia	Quantidade anexada	Última atualização
Terreno	3	23/06/2021

Documentos

Documento	Última atualização	Anexado por
Declaração do chefe do poder executivo de comprovação de posse	04/06/2021	JOSE DIRCEU DA SILVA

Pareceres

proposta - Para adequação

Data de envio para análise

04/06/2021

Data do parecer

18/06/2021

Terreno

- Outros

A fotos tratam-se de uma unidade de SAMU, não pertencendo ao programa Requalifica UBS.

proposta - Favorável

Data de envio para análise
23/06/2021

Data do parecer
13/08/2021

Observação/Justificativa

Considerando os art. 736 ao art. 767 da Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, que dispõe que redefine o Componente Ampliação do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS);

Considerando os art. 1104 ao art. 1120 da Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as transferências, fundo a fundo, de recursos financeiros de capital ou corrente, do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados à execução de obras de construção, ampliação e reforma.

Considerando a Resolução nº 10/CIT, de 8 de dezembro de 2016, que dispõe complementarmente sobre o planejamento integrado das despesas de capital e custeio para os investimentos em novos serviços de saúde no âmbito do SUS;

Ressaltamos que, nos termos do art. 6º:

§ 1º - Após a aprovação da proposta, a habilitação se dará através da publicação de Portaria Ministerial específica e respectivo empenho.

§ 2º - A portaria de habilitação deverá prever a devolução dos recursos transferidos e não executados no objeto aprovado ou nos termos desta Portaria, bem como os rendimentos financeiros, sem necessidade de autorização prévia do Estado, Distrito Federal ou Município beneficiado.

§ 3º - A publicação de portaria de habilitação estará condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários e ao cronograma de execução das emendas parlamentares.

§ 4º - No caso de habilitação vinculada a recursos de programação, a sua execução orçamentária poderá ser plurianual.

Ressaltamos que posteriormente para liberação da parcela única, deve ser apresentada ao Ministério da Saúde, como comprovação de plenos poderes sobre o imóvel declarado na proposta para sediar a ampliação/ construção de equipamento de saúde, a certidão de matrícula atualizada. A aludida certidão deve ser emitida por cartório de registro de imóvel para fornecer o registro do imóvel declarado na proposta, submetida à apreciação pelo Ministério da Saúde, conforme § 2º, art. 1110, da Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017.

Considerando, que no cadastro da proposta de projeto no SISMOB as respostas ao questionário eletrônico sobre o atendimento dos requisitos estabelecidos na Política ou Programa estão adequadas nos termos da portaria, este Departamento, posiciona-se com parecer de mérito FAVORÁVEL, para ampliação da Unidade Básica de Saúde. Lembramos que a UBS como equipamento público e deve ser acessível nos termos da lei. Lei Federal de Acessibilidade - Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e NBR-

Pagamentos

Parcela única

Situação

Aguardando superação da etapa de Ação preparatória